

BREVE HISTÓRIA DA LÍNGUA TUPI

Eduardo de Almeida NAVARRO¹

Doutor em Letras Clássicas ó FFLCH ó USP
Pós-Doutor ó Xavier Institute of Historical Research ó Goa ó Índia
Docente da FFLCH ó Letras ó USP
São Paulo ó SP ó Brasil

Edgard TESSUTO JÚNIOR²

Mestre em Letras ó FFLCH ó USP
São Paulo ó SP ó Brasil

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo apresentar a história da língua indígena clássica do Brasil, o Tupi Antigo, até sua fase de desenvolvimento atual, o Nheengatu, ainda falado na Amazônia. Para tanto, traçar-se-á uma linha do tempo na qual se apresentarão dados linguísticos e históricos que mostrem o desenvolvimento da língua no Brasil durante séculos e os fatos que fizeram com que seu ensino e uso sucumbissem em favor do uso do Português nos últimos dois séculos. Evidenciaremos, por fim, que, hoje, o resultado do encontro entre o Português e o Nheengatu gera muitas alterações neste, e a forte presença da mídia, que ostenta valores culturais dos grandes centros urbanos ó desprezando as culturas indígenas ó faz com que o interesse pelo Nheengatu, até dentro das próprias comunidades, possa perder-se, mesmo nos confins do Brasil, onde ainda é falado, mais precisamente no Alto Rio Negro.

PALAVRAS-CHAVE: Tupi Antigo. Nheengatu. Cultura. História.

Quando os portugueses chegaram ao Brasil em 1500, falavam-se centenas de línguas indígenas no território de nosso país. No entanto, em sua região costeira ou próxima desta, onde foram fundadas as principais vilas brasileiras, hoje cidades de milhões de habitantes, falava-se praticamente uma mesma língua indígena. Tal língua foi chamada pelos portugueses de *Língua Brasilica*, sendo hoje conhecida como *Tupi Antigo*. Cabe aqui ressaltar que o designativo *Tupi-Guarani* não deve ser usado para designar uma língua em especial, mas uma

¹ Endereço Eletrônico: edalnava@yahoo.com.br

² Endereço Eletrônico: edgardtessutojunior@yahoo.com.br

família de línguas. Tupi e Guarani são línguas distintas, conquanto estejam na mesma família linguística.

Assim, é bem verdade que o Tupi Antigo não era a única língua falada pelos índios quando se deu a chegada dos portugueses em 1500. No entanto, foi aquela que os colonizadores do Brasil aprenderam e falaram por longo tempo. Assim sendo, o Tupi pode ser considerado a língua indígena clássica do país. Os jesuítas José de Anchieta e Luís Figueira ensinaram suas regras em gramáticas, publicando-as em 1595 e 1621, respectivamente.

Língua clássica do Brasil, o Tupi foi a única língua indígena, das centenas que foram faladas no país, que se fez representar significativamente no léxico da língua portuguesa. E, hoje, é possível encontrar, em quaisquer dicionários desta, milhares de verbetes daquela origem: termos como *paca*, *capivara*, *tatu*, *jacaré-açu*, *cotia*, *perereca*, *guará*, *ubá*, *maniva*, *taquara*, *pindoba*, *pipoca*, *pirão*, *pururuca*, *mandioca*, *puba*, expressões como *õficar com nhenhémö*, *õestar jururuö*, *õchorar as pitangasö*, *õir para a cucuiaö* etc. Tal língua também está ostensivamente presente na toponímia, em nomes como *Jabaquara*, *Tatuapé*, *Itaquera*, *Piratiníngá*, *Bertioga*, *Itanhaém*, *Paraguaçu*, *Cuiabá*, *Curitiba*, *Pará*, *Paraná*, *Sergipe*, *Paraíba* etc. e na antroponímia, em nomes como *Juçara*, *Moema*, *Iracema*, *Maiara* etc., além de ter dado contribuições *sui generis* à literatura e à história de nosso país. Entre os textos preciosos que chegaram até nós, podemos mencionar a poesia lírica e teatral de José de Anchieta e as famosas cartas dos índios Camarões, hoje guardadas na biblioteca de Haia, na Holanda, os únicos documentos conhecidos escritos pelos próprios índios da costa do Brasil, na época da invasão holandesa (1630-1656).

Desde a chegada dos portugueses, constatou-se que, em toda a costa brasileira falava-se uma mesma língua, não obstante houvesse dela algumas variantes dialetais:

A língua de que usam, toda pela costa, é uma, ainda que em certos vocábulos difira em algumas partes, mas não de maneira que se deixam uns aos outros de entender. (Gândavo, 2008 [1576])

Desde os primeiros tempos do território que configuraria o Brasil de hoje, os portugueses procuraram conhecer essa língua falada pela maioria de nações indígenas que vivia na costa para que pudessem colonizar o Brasil, uma vez que a população lusitana em terras brasileiras era muito inferior à de índios tupis.

Como se sabe, não se fez aqui o que se fez nas colônias inglesas. Ali se praticou colonização de povoamento e, assim, famílias inteiras migraram para as novas regiões para povoá-las, mantendo-se separação social e étnica em relação aos povos primitivos que ali viviam.

No Brasil deu-se o contrário: vingou uma colonização de exploração. Vinham para a colônia muitos homens de baixa extração social, degredados, aventureiros sequiosos de riquezas fáceis. Logo os portugueses aqui chegados tiveram de falar a língua do indígena a fim de tirarem proveito da situação que deparavam. Os homens, sozinhos, amasiavam-se com mulheres indígenas e começavam a constituir famílias mestiças e numerosas, com descendentes mamelucos, o que facilitava as relações com as tribos indígenas.

Surgem desses primeiros contatos luso-indígenas nomes célebres como o do preador de índios e, praticamente, òrei do sertão de São Paulo, João Ramalho. Com muitos filhos ó dizem ter chegado a gerar mais de 35 filhos mestiços ó e com a consideração dos grandes chefes de nações indígenas, conseguiu ter mais facilidade para adentrar o interior e prear índios de nações inimigas, o que o faz ser considerado um dos maiores mercadores de escravos índios do séc. XVI.

Com o Brasil na iminência de ver a escravidão indígena disseminar-se, os jesuítas assumiram, a partir de 1547, um papel importante na terra a que tinham chegado os portugueses havia menos de cinquenta anos. Assim, D. João III, à época rei de Portugal, enviou, junto com primeiro governador-geral, Tomé de Souza, seis jesuítas ao Brasil, sob o comando do Pe. Manoel da Nóbrega. Participava dessa primeira leva jesuítica ao nosso país, o Pe. Francisco de Azpilcueta Navarro, o primeiro a aprender a língua do gentio. Na armada onde vinha o segundo governador-geral, Duarte da Costa, chegou o irmão José de Anchieta, o primeiro a escrever uma gramática da língua tupi, em 1555, muito embora só tenha sido publicada quarenta anos depois, como já dissemos anteriormente.

Com o propósito de se converter o índio, formam-se inúmeros aldeamentos na Amazônia e em outras partes do Brasil, nos quais os aborígenes de diversas nações eram agrupados e obrigados a ficar, em troca de seu sustento e para não caírem na escravidão. Comprometidos com a devoção religiosa e com o trabalho dos campos, ali ficariam protegidos da captura por traficantes de escravos. No entanto, a situação dos índios aldeados, às vezes, não era muito distinta da do cativo: jornada excessiva de trabalho, alimentação insuficiente, castigos e maus tratos. Como remuneração, os índios aldeados ganhavam alguns

metros de pano de algodão, tecido pelas próprias índias. Assim, a criação de aldeamentos, que foram idealizados para facilitar a catequese e, quiçá, manter viva a possibilidade de nações inteiras serem ãamansadasö com o intuito de serem incorporadas à civilização, acaba frustrando-se com as constantes fugas e, principalmente, com os grandes surtos de enfermidades: milhares de índios morrem à míngua ou em decorrência de epidemias.

De acordo com Cunha (2012 [1986]),

Particularmente nefasta foi a política de concentração da população praticada por missionários e pelos órgãos oficiais, pois a alta densidade dos aldeamentos favoreceu as epidemias, sem no entanto garantir o aprovisionamento. O sarampo e a varíola, que entre 1562 e 1564 assolaram as aldeias da Bahia, fizeram os índios morrerem tanto das doenças quanto de fome, a tal ponto que os sobreviventes preferiam vender-se como escravos a morrer à míngua. (CUNHA, 2012, p.15)

Para que se pudesse catequizar o índio, os jesuítas criam uma mitologia paralela, que não é nem a do missionário nem a do índio. Segundo Bosi (1992),

O projeto de transpor para a fala do índio a mensagem católica demandava um esforço de penetrar no imaginário do outro, e este foi o empenho do apóstolo [Anchieta]. [...] Como dizer aos tupis, por exemplo, a palavra pecado, se eles careciam até mesmo de sua noção, ao menos no registro que assumiria ao longo da Idade Média europeia? Anchieta, neste e em outros casos extremos, prefere enxertar o vocábulo português no tronco do idioma nativo; o mesmo faz, e com fortes razões, com a palavra missa e com a invocação a Nossa Senhora:

Ejori, Santa Maria, xe anama rausubá
Vem, Santa Maria, para se compadecer de minha família
(...)

Tais casos são, porém, atípicos. O mais comum é a busca de alguma homologia entre as duas línguas, com resultados de valor desigual:

Bispo é paí-guaçu, quer dizer, senhor maior. Nossa Senhora às vezes aparece sob o nome de tupã-sy, mãe de Tupã. O reino de Deus é Tupãretama, Terra de Tupã. Igreja, coerentemente, é Tupãoka, casa de Tupã.
[...]

A nova representação do sagrado assim produzida já não era nem a teologia cristã nem a crença tupi, mas uma terceira esfera simbólica, uma espécie de mitologia paralela que só a situação colonial tornara possível. (BOSI, 1992, p. 65)

Esse estreitamento da visão de mundo do catolicismo com aquela a que o índio, por séculos, havia-se acostumado faz com que as línguas gerais floresçam e se expandam,

tornando-se línguas faladas amplamente no Brasil colonial, nas ruas, nas casas dos caboclos e, até mesmo, nas de fidalgos. De acordo com o padre Vieira,

É certo que as famílias dos portugueses e índios de São Paulo estão tão ligadas hoje umas às outras, que as mulheres e os filhos se criam mestiça e domesticamente, e a língua que nas ditas famílias se fala é a dos índios, e a portuguesa a vão os meninos aprender à escola... (In: *Obras Várias*, Apud HOLANDA, 1971)

As línguas gerais tornam-se ferramenta política de expansão dos limites fronteiriços brasileiros no Norte e no Sul. É também sobre o alicerce representado por elas que o território colonial foi unificado sob a tutela de Portugal.

É sabido, hoje em dia, por meio de estudos recentes, que houve desenvolvimento de, ao menos, três línguas gerais no Brasil colonial, todas nascidas do Tupi Antigo. As duas principais ó por terem maior número de falantes e por terem desempenhado imenso papel na expansão das fronteiras do território nacional ó são a língua geral meridional e a língua geral amazônica. Há relatos ó inclusive em textos literários ó de uma terceira língua geral, a da Bahia. Os seguintes versos de Gregório de Matos evidenciam isso:

Há cousa como ver um paiaia
Mui prezado de ser caramuru,
Descendente de sangue de tatu
Cujo torpe idioma é copebá?

Cobepá deve ser corruptela da saudação *Ereicobé-pe?* (Passas bem?), fórmula usada corriqueiramente no Brasil colonial. Com efeito, na Bahia, havia grande número de homens que buscavam amasiar-se com as mamelucas, filhas de grandes patriarcas, em busca de enriquecimento imediato. A elite baiana foi, desse modo, formada em grande parte a partir do amancebamento de índio com português, o que resultou numa classe de proprietário mestiços, mamelucos, chamados de *caramurus*, alvo de sátira do poeta baiano nesse poema que lemos acima.

Gregório de Matos, conhecido pela poesia achincalhadora, de denúncia, promovida com finalidade crítica, acaba revelando, nesse poema, por meio de um léxico incisivo e determinado, parte da história linguística brasileira, especificamente da língua geral baiana. Bosi (1994) afirma:

Um veio novo, aberto pelo poeta [Gregório de Matos Guerra] nesses anos de triunfo do cultismo ibérico, foi o recurso a vozes da língua tupi (e, mais raramente, africana), fiando-as no tecido da sua dicção barroca. O efeito para os leitores de hoje é cômico e talvez mais lúdico do que satírico; mas no contexto da cultura do tempo decerto soava forte a nota mordaz, já que o alvo de Gregório era pôr em ridículo os fumos dos principais da Bahia: cujo torpe idioma é Copebáã (...). Em toda a sua poesia o achincalhe e a denúncia encorpam-se e movem-se à força de jogos sonoros, de rimas burlescas, de uma sintaxe apertada e ardida, de um léxico incisivo, quando não retalhante. (BOSI, 1994, p. 44)

A língua geral amazônica foi falada em quase todos os atuais estados da região Norte, com exceção do Acre e de Rondônia, e também no Maranhão. A língua geral meridional ou paulista foi falada do Rio Grande do Sul até o centro de Mato Grosso e Minas Gerais, passando pelos estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Acompanhou o deslocamento e a atuação das bandeiras e monções que partiam da capitania de São Paulo. Grandes cidades desses estados foram fundadas por paulistas: Cuiabá, Curitiba, Goiás Velho, Ouro Preto etc.

Com suas expedições pelo sertão, os bandeirantes expandiram imensamente o território de Portugal na América. Vale lembrar que sempre foram pessoas simples e pobres, falantes apoucados do português, que tinham hábitos muito semelhantes aos dos índios com que lidavam nessas expedições. Os livros de História acabam, contudo, por retratá-los, muitas vezes, como heróis, muito bem vestidos, geralmente com botas e chapéus de couro e munidos de arma de fogo, muito diferentes dos homens grosseiros que habitavam o planalto de Piratininga, afeitos aos costumes indígenas.

Há muitos resquícios da cultura linguística bandeirante do século XIX nos mais afastados recônditos interioranos brasileiros. O próprio general Couto de Magalhães, em viagem que fez ao Araguaia com o intuito de observar as áreas interiores do Brasil e delas fazer registros, impulsionado pela necessidade de localizar um novo local para a capital da Província de Goiás, surpreendeu-se quando percebeu que a língua falada ali era muito semelhante à dos ditos *caipiras* de São Paulo. De acordo com um relato seu,

(...) muitos dos nomes constantes do vocabulário, são hoje correntes entre os paulistas do povo, chamados caepiras naquella Província; citarei

entre outros: tiguera ['palhada'], avaxi ['milho'], itanhaen ['tacho'], ajuruhy ['papagaio'], itá ['pedra'] etc. (MAGALHÃES, (1974 [1863])

Em 1755, Sebastião José de Carvalho e Melo ascendeu a Secretário de Estado dos Negócios Interiores do Reino. Sua governança é, frequentemente, reconhecida como sendo de *mão-de-ferro*, impondo leis a todas as classes, desde as mais pobres até à alta nobreza.

Em sua gestão, o Marquês de Pombal pôs em prática um vasto programa de reformas cujo objetivo era racionalizar a administração, sem enfraquecer o poder real. Para atingir essa meta, o político incorporou as novas ideias divulgadas na Europa pelos iluministas, ao mesmo tempo em que conservou elementos do absolutismo e da política mercantilista.

Não tardou muito para que suas medidas chegassem a afetar o Brasil. Para ele, urgiam mudanças na esfera político-administrativa e na educação da colônia. Assim, em 1759, extinguiu o regime de capitanias hereditárias, com a sua incorporação aos domínios da Coroa portuguesa e, quatro anos depois, transferiu a sede do governo-geral de Salvador para o Rio de Janeiro, cujo crescimento sinalizava o deslocamento do eixo econômico do Nordeste para a região Centro-Sul.

Também foi o responsável pela expulsão dos jesuítas do império português no mesmo ano (1759), determinando que a educação na colônia passasse a ser gerida por leigos, nas chamadas *Aulas Régias*. Assim, transferiu o ensino formal para o poder civil, cuja função também era a de gerir os antigos aldeamentos missionários.

Com o Diretório do Marquês de Pombal, a língua geral sofreu seu primeiro golpe. A partir dele, seus falantes diminuiriam. Contudo, dada a vastidão do Estado do Maranhão e Grão-Pará e a grande dificuldade de a administração portuguesa impor-lhe suas regras, por longo tempo a língua geral amazônica (que passaria a ser conhecida como Nheengatu, em meados do século XIX) não sofreria muito com as medidas adotadas pelo primeiro-ministro português. Ela só perderia posições importantes com a Cabanagem, quase um século depois da governança de Mendonça Furtado, irmão do Marquês.

A Cabanagem foi um movimento insurgente contra o Império do Brasil. Devido ao abandono a que as províncias do Norte foram relegadas pelo príncipe regente após a independência do país, tapuias, cabanos, negros e índios liderados por Antônio Vinagre e Eduardo Angelim, todos falantes do Nheengatu, decidiram tomar o poder na então província do Grão-Pará, assassinando seu presidente e seu comandante de armas.

O movimento era todo composto por falantes da língua geral. Deve-se lembrar que, à época, apenas cerca de 15 mil pessoas daquela província, cuja população era estimada em 100 mil habitantes, eram brancos. Todos os demais eram índios, mamelucos ou negros, falantes da língua geral amazônica.

Com a intervenção militar do império, aproximadamente 40 por cento da população do Grão-Pará e da Capitania do Rio Negro foi exterminada, uma baixa significativa de falantes da língua, o que se soma à migração de soldados e voluntários que acabaram por se instalar na região Norte, fazendo aumentar consideravelmente o número daqueles que falavam o português. Essa substituição forçada e gradativa da língua geral pelo português culminaria com a grande onda migratória que se deu, cerca de 40 anos depois, proveniente da grande seca do Nordeste, de 1877 a 1879.

Vale ressaltar que, apesar das proibições de Pombal, na metade do século XVIII, e da Cabanagem, que fez morrer milhares de caboclos e índios destruídos falantes da língua geral amazônica, esta continuou a ser falada na maior parte da Amazônia ainda por mais de meio século, superando largamente a língua portuguesa. Foi somente com as grandes migrações de nordestinos na década de setenta do século XIX que o português se impôs como a língua dominante naquela região do Brasil, fazendo o Nheengatu ser língua minoritária:

A emigração em larga escala se inicia com a grande seca, de 1877 a 1879, a qual deixou memória em toda a região até os dias de hoje. Três anos seguidos sem chuvas, sem semeaduras, sem colheitas, os rebanhos morrendo, os homens fugindo para não morrer. É verdade que, em secas anteriores, haviam-se registrado emigrações para além das fronteiras da província que era a principal vítima da falta de chuvas, o Ceará. João Brígido afirma que, na seca de 1792, emigrações houve das fronteiras do Ceará para as terras úmidas do Piauí, e que o êxodo dos sertanejos adquiriu maiores proporções em 1825, estendendo-se até o Pará. Reconhece, porém, que só se torna intensa a emigração depois de 1877. Agora, atrai o emigrante o surto da borracha na Amazônia. E aberto o caminho, a emigração não cessa mais até o fim dessa aventura econômica. Estima-se que, num só ano, em 1878, a população deslocada do interior do Ceará totalizou 120.000 pessoas, quando a população total da província era de pouco mais de 800.000 habitantes. (...) Fazendo um cálculo global dos emigrados cearenses nos anos de estiagens (sem contar os de outros estados nordestinos...) R. Teófilo calcula que mais de 300 mil foram povoados a Amazônia até o ano de 1900. Tudo indica que esta cifra foi bem maior, aproximando-se, talvez, do meio milhão, se não mais. (...) Mas essa transferência maciça de mão-de-obra numa população extremamente rala, que orçava por um milhão de habitantes, não cessa no fim do século. O chamado ciclo da Borracha duraria, ainda, mais de uma década em plena florescência, contribuindo com

30% do valor da exportação nacional ao atingir o seu apogeu. A Amazônia continuava a atrair como miragem os pobres sertanejos nordestinos, que iam morrer de febre em suas florestas exuberantes, nos seringais que alimentavam nababos a estadear riquezas em Manaus, Belém, nas capitais da Europa. [...] (FACÓ, 2009)

Assim, o êxodo nordestino para a região Amazônica acabou extinguindo a possibilidade de o Nheengatu se reerguer como língua predominante daquela parte do país.

O que resta hoje dessa época em que o Nheengatu dominou até mesmo os círculos intelectuais são documentos de grande valor histórico e linguístico, de autores preocupados com o enfraquecimento da língua. Um deles, Pedro Luís Simpson (1840-1892), foi autor da *Gramática da Língua Brasileira*, oferecendo ao Imperador Pedro II, em visita a Belém do Pará, a primeira edição dela, de 1877. Outros desses autores foram o general Couto de Magalhães, que publicou *O Selvagem* (1876), Ermano Stradelli, autor do *Vocabulário português-nheengatu e nheengatu-português* (publicado apenas postumamente, em 1929, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), Antônio Brandão de Amorim, autor de *Lendas em Nheengatu e em Português*, e Barbosa Rodrigues, autor de *Poranduba Amazonense* (1890).

No Sul, a língua geral meridional (ou õpaulistaõ) resistiu até meados do século XIX, sendo falada entre os caipiras. No entanto, com a imigração europeia, tal situação começou a mudar. Com efeito, o café tornou-se o principal produto brasileiro de exportação. A prosperidade econômica advinda de sua comercialização estimulou a industrialização e a urbanização. Com isso, surgiram novos grupos e classes sociais, portadores de novas aspirações e interesses. Esses grupos passariam a contestar o regime monárquico por meio do movimento republicano e abolicionista.

Enquanto a produção cafeeira das regiões do vale do Rio Paraíba e do Rio de Janeiro entravam em decadência, devido ao esgotamento dos solos, o oeste paulista expandia tal produção, beneficiado pelas terras roxas, bastante propícias à cultura do café. Para os interesses dessa classe de ricos proprietários rurais, a monarquia centralizadora ó sediada no Rio de Janeiro e apoiada pelos decadentes senhores de engenhos nordestinos e cafeicultores do vale do Paraíba ó já não tinha sentido.

Assim, quando o problema da falta de mão de obra escrava agravou-se, os prósperos fazendeiros paulistas colocaram em prática uma política de incentivo à imigração de colonos, que passaram a trabalhar sob o regime assalariado. Esse foi o golpe de misericórdia na língua

geral paulista: os milhares de imigrantes chegam ao Brasil, usando somente suas línguas nativas ou o português nas conversações cotidianas e nas relações de trabalho.

A língua geral hoje é falada por uma inexpressiva população de só um rincão do país, a bacia do Alto Rio Negro, onde estão os municípios de Santa Isabel, Barcelos e São Gabriel da Cachoeira. Tem sofrido bastantes mudanças em comparação com sua forma oitocentista e convive hoje com o português propagado pelos meios de comunicação de massa. Com isso, empobrece-se, pois muitas palavras de origem tupi são substituídas por palavras da língua dominante no país. O pouco ensino que há do nheengatu nas escolas da região é insuficiente para enfrentar a onda avassaladora de expansão do português representada pela televisão e pela INTERNET.

Iniciativas de revitalização da língua geral têm sido feitas. O futuro dirá se elas serão bem sucedidas ou não.

REFERÊNCIAS

- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- _____. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Editora Cultrix, 1994, p. 44-5.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Índios no Brasil ó História, direitos e cidadania*. São Paulo: Editora Claro Enigma, 2012.
- FACÓ, Rui. *Cangaceiros e Fanáticos*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- GÂNDAVO, Pero de Magalhães, *História da Província Santa Cruz, A Que Vulgarmente Chamamos Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2008.
- VIEIRA, Pe. Antonio. *Obras Várias*. Lisboa, v. 1, 1856, p. 249, In *Raízes do Brasil*, 1971, p. 88.
- MAGALHÃES, José Vieira Couto de. *Viagem ao Araguaia*, In: *Obras imortais da nossa literatura*, vl. 45. São Paulo: Editora Três, 1974.
- NAVARRO, Eduardo de Almeida. *Dicionário de Tupi Antigo - A Língua Indígena Clássica do Brasil*. Tese de livre-docência. Ano de obtenção: 2006.

ABSTRACT: This scientific paper aims to present the history of Old Tupi ó the language spoken by the native Tupi people of Brazil ó, as well as its evolution to Nheengatu, still spoken to this day along the Upper Rio Negro and in neighboring Colombia and Venezuela. Therefore, this research proposes a historical time line based on current linguistic and historical data that have enabled the long-lasting use of the language in Brazil spanning the 16th, 17th and early 18th centuries ó even though each generation of speakers modified it ó, and also based on evidences of the lack of its teaching and using due to the dominance of the Portuguese language over the last two centuries. Lastly, this paper

analyses the result up to present of the contact between Portuguese and Nheengatu, as well as the role of mass media ó which often belittles ancient indigenous cultural values ó, the main responsible for the lack of interest in Nheengatu among its own native speakers.

KEYWORDS: Old Tupi. Nheengatu. Culture. History.

Envio: Abril/2016

Aceito para publicação: maio/2016

METALINGUAGENS, n. 5